

Mudança na Indonésia

Publicação: [O Mundo em Português Nº57](#)

Data de Publicação: Novembro/Dezembro de 2004

Autor: Miguel Santos Neves

Os resultados oficiais das eleições presidenciais na Indonésia decretaram a vitória de Susilo Bambang Yudhoyono, que já tinha sido o candidato mais votado na primeira volta, a 5 de Julho, obtendo 33,57% dos votos e derrotando os outros candidatos Megawati Soekarnoputri (26,6%), Wiranto (22,1%), Amien Rais (14,6%) e Hamzah Haz (3%). Na segunda volta, disputada entre os dois candidatos mais votados – as duplas Susilo Bambang/Jusuf Kalla e Megawati Soekarnoputri/Hasyim Muzadi – registou-se uma vitória clara de Susilo Bambang, com 60,68% dos votos, contra 39,38% de Megawati Soekarnoputri. Susilo Bambang será o sexto Presidente da República da Indonésia, mas o primeiro directamente eleito desde a independência do país, em 1945.

Em termos prospectivos, as grandes questões e incógnitas que se colocam relativamente ao mandato do novo Presidente envolvem quatro aspectos essenciais, no plano interno e no plano externo. Em primeiro lugar, o mandato será um teste significativo à vitalidade da democracia indonésia em face das perspectivas de tensão e conflito entre o Presidente, com uma legitimidade democrática própria e reforçada, e o Parlamento, controlado pela oposição, onde os partidos que se lhe opuseram, nomeadamente o Golkar e o PDI-P detêm a maioria, e onde o Presidente eleito goza de um apoio político reduzido, agregando 4 partidos – Democratic Party, Crescent Star Party (PBB), Prosperous Justice Party (PKS) e Indonesian Justice and Unity Party (PKPI) – que em conjunto têm 113 lugares num Parlamento com um total de 550, o que pode gerar um risco de paralisia do sistema se o Parlamento adoptar uma postura de obstrução sistemática aos planos do Governo. O grande teste será o de saber se a democracia indonésia tem maturidade suficiente para privilegiar a negociação e o compromisso em vez da confrontação paralisante.

Em segundo lugar, a questão da normalização do papel dos militares no sistema democrático sendo incerto se o novo Presidente será um factor de moderação da significativa influência dos militares e da sua submissão ao poder civil democrático contribuindo, assim, para a consolidação do processo democrático, ou se, pelo

contrário, privilegiará os seus interesses corporativos e contribuirá para a manutenção e reforço do poder excessivo dos militares no sistema político indonésio. A capacidade de disciplinar os militares e de garantir uma melhor coordenação com a Polícia e os serviços de informações, pondo fim aos conflitos latentes é, por exemplo, uma condição necessária para a eficácia na luta contra o terrorismo e o reforço da segurança interna, certamente um dos principais desafios a que o novo Presidente terá de responder.

Em terceiro lugar, existe alguma incerteza sobre a existência de uma agenda política nacionalista e o eventual reforço do nacionalismo tendo em conta as posições assumidas pelo vice-presidente eleito, Kalla, durante a campanha, nomeadamente de hostilidade relativamente às comunidades de overseas chinesa e contra os grupos económicos indonésios de origem chinesa, posição que, se não for corrigida, contribuirá para agravar a situação da economia indonésia. Em quarto lugar, no plano externo, o desafio passa por saber como é que o novo Presidente irá gerir uma política externa que, tudo indica, terá como um dos vectores essenciais uma maior aproximação e reforço das relações com Washington, nomeadamente no plano da cooperação no combate ao terrorismo, mas sem fragilizar a sua legitimidade interna perante uma população muçulmana crescentemente crítica e hostil aos EUA.